

PORTARIA Nº 147/2026**DISPÕE SOBRE O REPASSE DE RECURSOS DO PROGRAMA MUNICIPAL DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA PARA O ANO LETIVO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO do Município de Cachoeiro de Itapemirim, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 34.903/2025, tendo em vista o que consta no processo nº **4309/2026**, resolve:

Art. 1º Repassar recursos financeiros diretamente ao CCE - Conselho Comunitário Escolar das unidades de ensino relacionadas nos Anexos I a IV desta Portaria, pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino, através do **PMDDE – Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola**, obedecida a Lei Municipal nº 4966, de 10 de abril de 2000, a Lei Municipal nº. 6339, de 29 de dezembro de 2009 e a escrituração contábil e fiscal de responsabilidade do Conselho Comunitário Escolar de cada uma das unidades de ensino vinculadas à rede municipal de educação, far-se-á em obediência ao disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1422, de 19 de dezembro de 2013. as demais normas aplicáveis.

Art. 2º Os recursos financeiros a serem repassados ao CCE de cada unidade de ensino e órgãos em 2026 destinar-se-ão exclusivamente à manutenção e desenvolvimento do ensino, visando à cobertura de despesas que concorram para a garantia de pleno e legal funcionamento das unidades de ensino beneficiadas, a saber:

I. Atividades pedagógicas, relacionadas ao incentivo à aprendizagem e à docência;

II. Atividades administrativas, relacionadas à regularização do CCE;

III. Manutenção, conservação e pequenos reparos no prédio e nos equipamentos;

IV. Aquisição de material de consumo, inclusive gás de cozinha;



V. Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação;

Art. 3º A escrituração contábil e fiscal de que trata o artigo 1º desta Portaria, deve ser confiada, exclusivamente, a profissional com título de contador, devidamente registrado em órgão de classe, considerando a especificidade técnica que envolve a realização do trabalho e a necessidade de utilização de certificado digital para assinatura e transmissão de dados. Sem prejuízo de outras atividades necessárias ao cumprimento do disposto na IN nº 1422/2013, incumbe ao profissional contratado o seguinte:

- a)** Entregar mensalmente a EFD - Reinf e emitir guia de INSS retido;
- b)** Confeccionar guias de outros impostos retidos;
- c)** Entregar mensalmente de E-Social;
- d)** Confeccionar prestações de contas nos formulários de todos os recursos recebidos e administrados pela EMEB, seguindo especificidades de cada um;
- e)** Entregar DIRF 2025;
- f)** Entregar DCTF Web;
- g)** Fazer contabilidade do exercício 2026, incluindo confecção das demonstrações contábeis e livros;
- h)** Entregar Escrituração Contábil Digital do exercício 2026, em conformidade com IN 1422/2013;
- i)** Ser procurador da EMEB para transmissão de Declarações para Receita Federal, responsabilizando-se pela confecção e entrega da referida procuração;
- j)** Realizar alteração cadastral junto aos órgãos públicos.
- k)** Realizar outras tarefas correlatas.

Art. 4º O cálculo do valor dos recursos a serem repassados tomará por base o número de matrículas de crianças e estudantes na unidade de ensino, conforme dados preliminares do Censo Escolar 2025, observado ainda o seguinte:

- a)** Para unidades de ensino de tempo parcial, o valor *per capita* por matrícula será de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais);



b) Para unidades de ensino de educação integral, o valor *per capita* por matrícula será de R\$ 300,00 (Trezentos reais);

§ 1º No que couber, o valor do repasse poderá ser encontrado, considerada a média de alunos das unidades de ensino de terceira categoria, integrantes da rede pública municipal.

§ 2º Do valor total a ser repassado, 100% serão destinados a despesas de custeio.

§ 3º Será repassado, ainda, o valor adicional de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)** por CNPJ, do qual **R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)** será destinado ao custeio de despesas fixas, de **R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)** para regularização de despesas jurídicas e cartorárias do CCE, junto a repartições públicas federais, estaduais e municipais e de **R\$ 3.000,00 (Três mil reais)** para Materiais Gráficos.

Art. 5º As despesas inerentes ao pagamento dos honorários do contador no valor de **R\$ 5.400,00 (Cinco mil, quatrocentos reais)** anual são consideradas "atividades administrativas", nos termos da alínea "a", artigo 2º da Lei 4966, 10 de abril de 2000, admitindo seu custeio, mediante utilização de recursos repassados através do **Programa Municipal Dinheiro Direto na Escola – PMDDE**.

Art. 6º O CCE será contemplado com recursos financeiros do PMDDE, tendo como base o número de alunos matriculados no ano letivo de 2025, quando:

- I-** constituir CCE após efetivação de matrículas;
- II-** com CCE constituído, tiver redução de alunos;
- III-** a unidade de ensino e o CCE forem reativados.

Art. 7º Os recursos financeiros correspondentes ao montante que resultar da aplicação do previsto no artigo 3º, serão repassados em parcela única, depositada até 28 de fevereiro de 2026, em conta bancária específica do Conselho, onde terão movimentação exclusiva, sujeita à prestação de contas.

§ 1º – Não haverá reajuste do valor fixado para repasse, ainda que haja alteração dos dados relativos às matrículas.

§ 2º – Somente estará apto a receber a parcela dos recursos do PMDDE o CCE de cada unidade de ensino que estiver em dia com as prestações de contas de 2025.



§ 3º – Não será contemplado com recursos financeiros do PMDDE o CCE da unidade de ensino que, na data da publicação desta Portaria, tiver confirmada a paralisação de suas atividades pela SEME.

§ 4º – Ocorrendo paralisação das atividades da unidade de ensino, depois de recebidos os recursos previstos nesta Portaria, a prestação de contas será imediata e obedecerá às orientações da SEME/SF.

§ 5º – A realização das despesas autorizadas na forma do artigo 2º desta Portaria limita-se ao valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por compra ou serviço, em obediência a Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 8º – O gestor da unidade de ensino, visando garantir a validação da aplicação dos recursos e da prestação de contas, deverá assegurar-se de que:

I – O mandato dos respectivos conselheiros esteja vigente e em conformidade com a legislação em vigor;

II – Os órgãos deliberativos estejam devidamente compostos, com os membros titulares e suplentes;

III – As atas das reuniões ordinárias e extraordinárias estejam lavradas em livro próprio, devidamente assinadas e registradas;

IV – Sejam obtidos documentos idôneos e corretamente preenchidos para comprovação das despesas;

V – Sejam recolhidos os tributos incidentes, nos percentuais especificados em lei, obtendo-se, quando necessário, orientação da SEME/SF, a respeito.

Art. 9º – A unidade de ensino, antes de realizar as despesas, deverá submeter o Plano de Aplicação para conferência da SEME – Secretaria Municipal de Educação / SF – Subsecretaria Financeira – Gerência de Gestão de Recurso Financeiro Escolar.

§ 1º – O Plano de Aplicação a ser apresentado poderá especificar o valor total da previsão dos recursos a serem repassados.

§ 2º – Na classificação de compras ou serviços contratados deverão ser adotados critérios de detalhamento contidos na Portaria nº 448, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda.



Art. 10 É vedada a aquisição de produtos em cuja composição ou fabricação sejam empregados insumos de utilização e comercialização restrita ou proibida, tais como amianto, aldicarbe (chumbinho), além de outros cujo uso se evidencie incompatível com o ambiente escolar, em especial, pesticidas e herbicidas.

Art. 11 Os documentos comprobatórios das despesas realizadas deverão atender à legislação a que o fornecedor estiver sujeito, contendo os dados cadastrais do CCE e a identificação do recurso, no caso PMDDE.

Parágrafo Único No campo “observações” do documento fiscal deverá constar a indicação: “**Pago com Recursos do PMDDE**”.

Art. 12. As despesas efetuadas deverão ser pagas com cheque nominal, respeitando-se o valor do respectivo documento comprobatório, observadas as instruções contidas no Manual Operacional de Recursos Financeiros da SEME/SF e legislação vigente.

Art. 13. A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos na conta do CCE, relativa ao repasse do PMDDE no ano letivo de 2026, deverá ser encaminhada por ofício à SEME/SF e entregue até 31 de dezembro do mesmo ano, para conferência e posterior emissão de documento de quitação.

§ 1º - A falta da prestação de contas dos recursos recebidos à conta do CCE, conforme destaca o caput deste artigo, impedirá o repasse de novos recursos até que seja ultimada a providência, pelos responsáveis, conforme Lei Municipal nº. 6339/2009, ou adotada a medida legal correspondente.

§ 2º - Os saldos financeiros dos recursos transferidos poderão ser reprogramados, independentemente do exercício financeiro, conforme destaca o art. 1º da Lei Municipal nº. 6339/2009.

Art. 14. O trabalho voluntário, na forma definida na Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, pode ser direcionado ao desenvolvimento de atividades pedagógicas, a que se refere o inciso I, art. 2º desta Portaria, desde que:

I – haja detalhamento das atividades a serem desenvolvidas na proposta pedagógica da unidade de ensino;



II – haja cadastramento prévio dos candidatos a monitores e oficineiros e de suas respectivas propostas de trabalho;

III – haja seleção da oficina de trabalho que melhor atenda à proposta pedagógica estabelecida pela escola;

IV – seja exclusivamente desenvolvida na respectiva unidade de ensino.

§ 1º – A atividade pedagógica desenvolvida por monitor ou oficineiro deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo CCE da respectiva unidade, através de termo de autorização prévia.

§ 2º – Poderá haver ressarcimento das despesas com transporte e alimentação que comprovadamente forem realizadas pelo monitor ou oficineiro no exercício da atividade pedagógica desenvolvida na unidade de ensino.

§ 3º – O plano de aplicação dos recursos deverá prever a possibilidade de ressarcimento das despesas a que se refere o § 2º deste artigo, dimensionando o quantitativo de atividades a serem realizadas, assim como o tempo disponibilizado para sua realização.

§ 4º – O ressarcimento das despesas especificadas no § 2º deste artigo será calculado de acordo com o número de turmas por monitor ou oficineiro, conforme demonstrado a seguir:

a) Escolas Urbanas:

Quantidade de Turmas	Valor (R\$)
01	60,00
02	120,00
03	180,00
04	240,00
05	300,00

b) Escolas do Campo:

Quantidade de Turmas	Valor (R\$)
01	120,00
02	240,00
03	360,00
04	480,00
05	600,00



§ 5º – O ressarcimento especificado no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras exigências, condiciona-se a:

- a)** assinatura do termo de adesão e compromisso junto ao CCE;
- b)** apresentação de relatório mensal de atividades realizadas por voluntários em unidade de ensino da rede municipal;
- c)** recibo de ressarcimento mensal de despesas com transporte e alimentação, que forem comprovados.

§ 6º – A SEME divulgará posteriormente as orientações e formulários de preenchimento obrigatório para o desenvolvimento das atividades dos monitores e oficinairos nas unidades de ensino da rede municipal.

Art. 13. Os documentos de prestação de contas dos recursos do PMDDE, após análise da Secretaria Municipal de Educação, serão arquivados no original na Unidade escolar e escanado e enviado por e-mail para a Subsecretaria Financeira/SEME.

Parágrafo Único. A unidade de ensino deverá manter em arquivo o original da referida documentação.

Art. 15. O repasse de outras parcelas de recursos financeiros ou seu ajuste, conforme previsto nesta Portaria, condiciona-se às disponibilidades financeiras e orçamentárias do Município.

Art. 16. Os recursos para atendimento ao disposto nesta Portaria, correrão a conta das dotações orçamentárias das Unidades de Ensino como UEX – Unidade Executora (CCE) a saber:

I) Órgão/Unidade: 17.02-Desenvolvimento do Ensino

- a)** Projeto/Atividade: 2.167 - Manutenção das Unidades de Educação Infantil.
- b)** Natureza da Despesa: 3.3.50.43.08000- Subvenções sociais
- c)** Fonte: 150000250005
- d)** Valor: R\$ 1.349.750,00 (Hum milhão, trezentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais)

II) Órgão/Unidade: 17.02



- a)** Projeto/Atividade: 2.167
- b)** Natureza de Despesa: 3.3.50.43.08000 – Subvenções sociais
- c)** Fonte: 150000250006
- d)** Valor: R\$ 1.085.250,00 (Hum milhão, oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais)

III) Orgão/Unidade: 17.03-Fundo Municipal de Educação

- a)** Projeto/Atividade: 2.162 – Manutenção das Unidades do Ensino Fundamental
- b)** Natureza da Despesa: 3.3.50.43.08000 – subvenções sociais
- c)** Fonte: 150000250001
- d)** Valor: R\$ 3.617.550,00 (Três milhões, seiscentos e dezessete mil e quinhentos e cinquenta reais)

Art. 17. O valor a ser repassado, conforme dotações indicadas no artigo anterior totaliza, R\$ 6.052.550,00 (Seis milhões, cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta reais), previstas no orçamento vigente.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 23 de janeiro de 2026.

CELEIDA CHAMÃO DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação



PORTARIA Nº 147/2026 - ANEXO I

EDUCAÇÃO INFANTIL				
Nº	Conselho Comunitário Escolar – CCE (Unidade Executora)	CNPJ	Nº de Alunos	Valor (R\$)
1	CCE EMEB “Abigail dos Santos Simões”	05.065.609/0001-62	91	R\$ 34.050,00
2	CCE EMEB “Alair Turbay Baião”	07.504.490/0001-02	202	R\$ 50.700,00
3	CCE EMEB “Albertina Macedo”	01.408.698/0001-41	124	R\$ 39.000,00
4	CCE EMEB “Áurea Bispo Depes”	01.414.368/0001-69	431	R\$ 120.750,00
5	CCE EMEB “Aurora Estellita Herkenhoff”	03.891.276/0001-03	110	R\$ 53.400,00
6	CCE EMEB “Carim Tanure”	01.401.633/0001-74	118	R\$ 48.600,00
7	CCE EMEB “Dolores Gonzalez Villa”	01.416.380/0001-02	170	R\$ 48.900,00
8	CCE EMEB “Dr. Pedro Nolasco T. Rezende”	05.062.272/0001-30	333	R\$ 73.200,00
9	CCE EMEB “Drª Rita de Cássia V. Vereza”	03.527.904/0001-68	217	R\$ 58.050,00
10	CCE EMEB “Governador Eurico V. de Resende”	03.881.382/0001-06	157	R\$ 57.000,00
11	CCE EMEB “Irmã Margarida”	03.363.825/0001-69	137	R\$ 43.200,00
12	CCE EMEB “José Antônio C. Egranphonte”	42.147.699/0001-67	234	R\$ 62.400,00
13	CCE EMEB “José Pinto”	01.460.108/0001-20	253	R\$ 63.600,00
14	CCE EMEB “Laurindo Sasso”	07.504.549/0001-62	98	R\$ 42.900,00
15	CCE EMEB “Lions Clube Frade e a Freira”	01.404.450/0001-02	316	R\$ 67.800,00
16	CCE EMEB “Mª das Neves S. de A. Espíndula”	01.460.106/0001-30	209	R\$ 56.850,00
17	CCE EMEB “Mª das Victórias O. de Andrade”	01.167.689/0001-06	264	R\$ 99.600,00
18	CCE EMEB “Mª Tereza Brandão de Mello”	01.403.595/0001-99	278	R\$ 70.350,00
19	CCE EMEB “Maria Siloti”	01.416.389/0001-13	449	R\$ 87.750,00
20	CCE EMEB “Normília da Cunha dos Santos”	01.441.036/0001-73	202	R\$ 73.050,00
21	CCE EMEB “Olga Dias da Costa Mendes”	01.407.244/0001-56	349	R\$ 97.500,00
22	CCE EMEB “Pe. Jefferson Luiz de Magalhães”	23.141.743/0001--87	310	R\$ 68.700,00
23	CCE EMEB “Profª Ariette Moulin Costa”	23.304.943/0001-03	178	R\$ 64.200,00
24	CCE EMEB “Profª Cely Santos de Oliveira”	14.492.798/0001-40	201	R\$ 50.550,00
25	CCE EMEB “Profª Idalina Cunha Moraes”	07.503.794/0001-55	70	R\$ 41.400,00
26	CCE EMEB “Profª Lucilla Araújo Moreira”	01.168.702/0001-41	126	R\$ 41.400,00
27	CCE EMEB “Sandra Monteiro Vargas Piassi”	01.404.451/0001-57	319	R\$ 79.950,00
28	CCE EMEB “Sebastião da Rosa Machado”	03.893.848/0001-85	275	R\$ 69.000,00
29	CCE EMEB “Sirda Rocha dos Santos”	01.407.243/0001-01	183	R\$ 49.650,00
30	CCE EMEB “Teresa de Avelar Picolli”	11.248.914/0001-92	86	R\$ 33.300,00
31	CCE EMEB “Virgínia Athayde Coelho”	01.404.352/0001-75	63	R\$ 29.850,00
32	CCE EMEB “Waldir Furtado Amorim”	01.167.731/0001-99	82	R\$ 32.700,00
33	CCE EMEB “Zeni Pires Ferreira”	01.412.523/0001-08	231	R\$ 66.600,00
34	CCE EMEB “Zilda Soares Moura”	01.425.084/0001-78	255	R\$ 58.650,00
35	CCE EMEB “Zilma Coelho Pinto”	01.416.388/0001-79	415	R\$ 103.350,00
Total				R\$ 2.137.950,00



PORTARIA Nº 147/2026 - ANEXO II

ENSINO FUNDAMENTAL				
Nº	Conselho Comunitário Escolar - CCE	CNPJ	Nº de Alunos	Valor (R\$)
1	CCE EMEB Anacleto Ramos	01.170.993/0001-02	859	R\$ 149.250,00
2	CCE EMEB Anísio Vieira De Almeida Ramos	01.173.306/0001-02	487	R\$ 93.450,00
3	CCE EMEB Bernardino Monteiro	61.213.661/0001-90	268	R\$ 60.600,00
4	CCE EMEB Carolina Passos Gaigher	60.700.785/0001-37	282	R\$ 62.700,00
5	CCE EMEB Galdino Theodoro Da Silva	01.167.736/0001-11	873	R\$ 151.350,00
6	CCE EMEB Jacomo Silotti	07.503.771/0001-40	368	R\$ 75.600,00
7	CCE EMEB Jenny Guardia	01.173.310/0001-70	265	R\$ 60.150,00
8	CCE EMEB Jose Taveira Dos Santos	03.345.940/0001-00	262	R\$ 59.700,00
9	CCE EMEB Luiz Pinheiro	03.239.045/0001-01	189	R\$ 48.750,00
10	CCE EMEB Luiz Semprini	01.168.705/0001-85	252	R\$ 58.200,00
11	CCE EMEB Maria Angélica M. Santana	03.298.065/0001-53	274	R\$ 61.500,00
12	CCE EMEB Maria Stael de Medeiros Teixeira	01.167.298/0001-91	500	R\$ 95.400,00
13	CCE EMEB Monteiro Lobato	01.167.291/0001-70	677	R\$ 121.950,00
14	CCE EMEB Oswaldo Machado	03.199.426/0001-04	274	R\$ 61.500,00
15	CCE EMEB Profª Amélia Toledo do Rosário	55.676.102/0001-13	268	R\$ 60.600,00
16	CCE EMEB Profª Gércia Ferreira Guimarães	03.154.039/0001-51	567	R\$ 105.450,00
17	CCE EMEB Profª Inah Werneck	60.847.846/0001-93	571	R\$ 106.050,00
18	CCE EMEB Profª Juracy Cruz	03.199.616/0001-21	262	R\$ 59.700,00
19	CCE EMEB Profª Valeria Aquino Viana	35.881.318/0001-03	321	R\$ 68.550,00
20	CCE EMEB Profº David Alberto Loss	40.060.468/0001-96	319	R\$ 68.250,00
21	CCE EMEB Profº Deusdedit Baptista	01.168.709/0001-63	419	R\$ 83.250,00
22	CCE EMEB Profº Domingos Ubaldo	56.024.439/0001-09	343	R\$ 71.850,00
23	CCE EMEB Profº Pedro Estellita Herkenhoff	01.167.355/0001-32	906	R\$ 156.300,00
24	CCE EMEB Quintiliano de Azevedo	60.704.708/0001-55	686	R\$ 123.300,00
25	CCE EMEB Rev Jader Gomes Coelho	03.801.765/0001-19	397	R\$ 79.950,00
26	CCE EMEB Rotary	44.568.258/0001-64	408	R\$ 81.600,00
27	CCE EMEB Santa Cecília	60.772.268/0001-73	214	R\$ 52.500,00
28	CCE EMEB Sao Francisco De Assis	01.168.711/0001-32	254	R\$ 58.500,00
29	CCE EMEBTI Dona Maria Santana	44.766.256/0001-80	147	R\$ 64.500,00
30	CCE EMEBTI Gironda	46.494.767/0001-15	97	R\$ 49.500,00
31	CCE EMEBTI Julieta Deps Tallon	01.167.356/0001-87	189	R\$ 77.100,00
32	CCE EMEBTI Nossa Senhora Das Gracias	03.183.315/0001-00	125	R\$ 57.900,00
33	CCE EMEBTI Prof Athayr Cagnin	11.246.191/0001-92	176	R\$ 73.200,00
34	CCE EMEBTI Prof Elisio Cortes Imperial	03.191.183/0001-68	136	R\$ 61.200,00
35	CCE EMEBTI Prof Florisbello Neves	03.232.412/0001-45	301	R\$ 110.700,00
36	CCE EMEBTI Prof Jose Paineiras Filho	40.187.853/0001-07	105	R\$ 51.900,00
37	CCE EMEBTI Profª Thereza Valiatti Sartório	07.530.345/0001-04	125	R\$ 57.900,00
38	CCE EMEBTI Profº Valdy Freitas	03.305.204/0001-29	352	R\$ 87.150,00
Total				3.027,000,00



PORTARIA Nº 147/2026- ANEXO III

ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL							
	Conselho Comunitário Escolar - CCE (Unidade Executora)	CNPJ	Educação Infantil TOTAL (R\$)		Ensino Fundamental		Total
			Nº de Alunos/ Média	Valor (R\$)	Nº de Alunos/ Média	Valor (R\$)	
1	CCE EMEB "Elizeu Lofego"	40.151.811/0001-08	55	R\$ 18.450,00	350	R\$ 62.700,00	R\$ 81.150,00
2	CCE EMEB "Hylsen Darcy Perim"	07..503.785/0001-64	87	R\$ 23.250,00	132	R\$ 30.000,00	R\$ 53.250,00
3	CCE EMEB "Luiz Marques Pinto"	03.154.071/0001-37	24	R\$ 13.800,00	676	R\$ 111.600,00	R\$ 125.400,00
	CCE EMEB "Monte Alegre"	05.725.082/0001-55	38	R\$ 15.900,00	71	R\$ 20.850,00	R\$ 36.750,00
5	CCE EMEB "Oscar Montenegro Filho"	01.170.627/0001-53	94	R\$ 32.100,00	189	R\$ 38.550,00	R\$ 70.650,00
6	CCE EMEB "Pe. Gino Zatelli"	07..530.339/0001-49	159	R\$ 38.400,00	378	R\$ 66.900,00	R\$ 105.300,00
7	CCE EMEB "Profª "Cibelia Teixeira Zippinoti"	17.089.961/0001-17	67	R\$ 20.250,00	137	R\$ 30.750,00	R\$ 51.000,00
8	CCE EMEB "Profª Maria das Dores P. Amaral"	06..241.241/0001-09	48	R\$ 17.400,00	238	R\$ 45.900,00	R\$ 63.300,00
9	CCE EMEB "Profª Maria do C. Magalhães"	01.197.900/0001-33	73	R\$ 21.150,00	82	R\$ 34.800,00	R\$ 55.950,00
10	CECAPEB	12.881.870/0001-04		R\$ 17.900,00		R\$ 25.500,00	R\$ 43.400,00
Total				R\$ 218.600,00		R\$ 467.550,00	R\$ 686.150,00



PORTARIA Nº 147/20256 ANEXO IV

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (Escola do Campo)							
Nº	CCE – Unidades Executoras e Consorciadas	CNPJ	Ed. Infantil		Ensino Fundamental		TOTAL POR NÚCLEO (R\$)
			Nº de Alunos	Valor(R\$)	Nº de Alunos	Valor(R\$)	
1	CCE EMEB “Alberto Sartório” *	12.862.224/0001-91	16	8.850,00	56	14.850,00	44.700,00
2	EMEB “Tijuca” **		10	7.950,00	44	13.050,00	
3	CCE EMEB “São Vicente” *	03.189.668/0001-17	26	14.100,00	151	32.850,00	46.950,00
4	CCE EMEB “Maria das Graças Fellipe”*	11.287.361/0001-87	47	17.250,00	85	22.950,00	40.200,00
6	CCE EMEB “Córrego Vermelho” *	01.167.293/0001-69	38	15.900,00	87	23.250,00	39.150,00
7	EMEB “Sertão de Monte Líbano”*	11.357.784/0001-26	28	14.400,00	39	16.050,00	30.450,00
Total				78.450,00		123.000,00	201.450,00

* CCE das Unidades de Ensino Executora do PMDDE/2026.

** Unidade de Ensino Consorciada.

Fonte: CENSO PRELIMINAR 2025.